

Linda Est

A ofensiva devedora

OS CREDORES da América Latina não têm realmente motivos de aborrecimento com o encontro dos países devedores em Cartagena, ontem iniciado, já que ali não se pensa em estabelecer uma estratégia de confronto destinada a desonrar os compromissos assumidos junto aos intermediários da poupança externa.

TAL COMO ficou mais uma vez definido no comunicado conjunto dos Presidentes Figueiredo e Belaunde Terry, os devedores latino-americanos pretendem apenas, e sempre através do diálogo, critérios mais flexíveis para a renegociação da dívida paralelamente a uma política de liberalização do comércio internacional, tudo isso com vistas a permitir, inclusive, resultados de reativação econômica que viabilizem a correta administração e o resgate dos empréstimos.

CRITÉRIOS mais flexíveis de refinanciamento significam, basicamente, redução das taxas de juros e períodos de carência e prazos de amortização suportáveis pelos países endividados, de modo que não fiquem esmagados entre a inadimplência externa e a recessão interna. A receita de exportação de cada país devedor poderia servir de medida de sua capacidade de pagamento aos bancos privados internacionais, fixando-se dentro desses limites os níveis dos juros.

A LIBERALIZAÇÃO do comércio reclamada em Cartagena tem que ver com os mecanismos protecionistas dos países ricos, uma

crescente barreira às exportações dos países em desenvolvimento. Desde que as exportações constituem a única via de produção da moeda que paga a dívida externa, a sua compreensão pelo mercado importador redundaria em lançar os inadimplentes para o fundo do poço. A alternativa, evidentemente, não haverá de ser aquela proposta pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher: o pagamento da dívida através da entrega de recursos naturais e de fatias do parque industrial dos insolventes. Observe-se, ainda, que as propostas antiprotecionistas dos devedores procuram conter-se no âmbito do GATT, nada representando de estranho, portanto, em matéria de atendimento às regras do jogo.

A REUNIÃO de Cartagena foi precedida de uma série de tomadas de posição do lado credor, envolvendo banqueiros, governos e órgãos multilaterais de crédito, deixando claro, entre outras coisas, o repúdio a tentativas de pressão dos países endividados e às fórmulas de renegociação em bloco.

TEM-SE ENFATIZADO, também, que o endividamento externo dos países em desenvolvimento envolve sobretudo os compromissos dos tomadores dos empréstimos com o sistema bancário privado, pouco se devendo esperar da participação dos governos no processo de renegociação. Nesses termos, a solução das dificuldades exige fundamentalmente tratamento financeiro e não político.

ENTRETANTO os dirigentes do bloco industrializado não po-

dem desconhecer quanto o endividamento cresceu e se complicou em função de políticas e procedimentos governamentais. O complicador número um — a escalada dos juros internacionais — proveio diretamente da política econômica do Presidente Reagan e tampouco deixará de influir enquanto mantidos os atuais níveis do déficit orçamentário dos Estados Unidos. O protecionismo comercial, por sua vez, encerra responsabilidades governamentais óbvias, ainda que atendendo frequentemente a pressões e reclamos do setor privado.

É PRECISO, em todo caso, que os países devedores não percam o senso do realismo, quer em Cartagena ou em qualquer outro foro. Existe uma faixa viável de negociação e outra que, no máximo, servirá como escoadouro de retóricas vazias. Além disso, as hipóteses de flexibilidade do grupo credor dependem de um funcionamento extremamente complexo de mecanismos políticos e econômico-financeiros, os quais fazem parte da própria natureza do capitalismo democrático.

DESDE logo se torna meritório o esforço de esclarecimento e racionalização da posição devedora latino-americana que se realiza em Cartagena. Substitui-se um quadro difuso, fragmentário, emocionalizado por outro organizado e conseqüente. E em vez de se perderem em aflições isoladas, os devedores abrem caminho inclusive para encontrar saídas a partir da simples integração e solidariedade regionais.